



Estratégia para aprovar voto aberto prioriza o consenso



Renan fala a senadores na sessão em que advertiu que a PEC precisará voltar à Câmara se for modificada no Senado

Renan defende aprovação rápida para decisões sobre perda de mandato, estendendo a novidade depois para casos de exame de vetos e indicação de autoridades

Proposta aprovada na Câmara encontra resistência entre senadores que temem possível constrangimento na votação aberta de vetos presidenciais. Para garantir definição rápida da questão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, aponta como prioridade projeto de voto aberto apenas nos processos

de perda de mandato parlamentar. Ampliação para outros tipos de votação no Congresso seria um segundo passo.

— Para não correremos o risco de, em nome do todo, perdermos a parte — explicou.

O assunto motivou discurso de vários senadores, que também debateram minirreforma eleitoral, a ser votada terça-feira em comissão. **3**

Sancionada lei que destina royalty à educação **2**

Comissão refuta invasão à Síria sem aval da ONU **8**

Incentivo fiscal a carros adaptados é aprovado **7**

Senadores visitarão quartel que serviu à repressão **6**

Ganha urgência projeto sobre contrabando **4**

Integração indústria e campo terá novas regras

Vai para a Câmara o projeto de lei que prevê regras para o sistema de integração entre os produtores rurais e as indústrias. O objetivo é evitar embates jurídicos em relação a responsabilidades, valores devidos e prazos. **5**

Marcelo Favarretti



Ao centro, Vanessa Grazziotin, Helena Chagas e Jô Moraes celebram parceria entre Congresso e Presidência da República

Campanha quer atrair mulheres para política

A campanha Mulher, tome partido! será lançada terça-feira na Câmara. Parlamentares receberam ontem o apoio da ministra de Comunicação Social, Helena Chagas, que colocou à disposição os veículos de comunicação do governo federal. **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO
FEDERAL



Renan: reforço de verbas da educação é ótima notícia

Presidente do Senado acompanha na segunda-feira sanção da lei que destina 75% dos royalties do petróleo à educação e 25% à saúde, um dos itens da pauta prioritária aprovada pelo Congresso

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, considerou “uma ótima notícia” a decisão da presidente Dilma Rousseff de sancionar a lei que assegura mais dinheiro para a educação e a saúde. O PLC 41/2013, que foi aprovado pelo Senado, prevê que 75% dos royalties do petróleo sejam destinados à educação e 25% à saúde.

A sanção ocorrerá em cerimônia marcada para segunda-feira, no Palácio do Planalto. Renan participará do evento.

— Trata-se de uma ótima notícia tanto para a educação quanto para a saúde, que, sabemos todos, demandam mais investimentos. Essa foi uma das contribuições do Congresso para melhorar a qualidade dos serviços públicos que nos é cobrada pela sociedade — disse.

Ele destacou uma lista de 40 proposições que o Senado votou em menos de 30 dias para atender as reivindicações da sociedade. Entre elas, estão a que muda os critérios para a escolha de suplente de senador (proibindo o parentesco), a que exige ficha limpa para servidores dos Três Poderes (que já vale para o Senado) e a que acaba com a aposentadoria como pena para juízes e promotores condenados por corrupção.

Dentro da pauta prioritária, afirmou Renan, foi aprovado também o projeto que facilita o exercício da iniciativa legislativa pela sociedade, o que define organização criminosa e o novo rito das medidas provisórias, que está na Câmara, assim como a lei de defesa do usuário do serviço público.

— Novamente faço um apelo ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para que sejam agilizadas as votações dessas matérias apreciadas no Senado. Que se altere, aprimore, até mesmo rejeite, se for o caso, mas que o Congresso dê a palavra final para temas candentes e cujas votações podem ser consideradas históricas para o Parlamento — disse.



Navio de armazenamento de petróleo: royalties destinados a saúde e educação

Muitas propostas da pauta, construída com representantes das ruas, já foram sancionadas, lembrou Renan.

— As novas regras para o Fundo de Participação dos Estados, a criação do Sistema Nacional de Combate à Tortura, a regulamentação do Ato Médico, o atendimento pelo SUS às mulheres vítimas de violência sexual, a transparência nos direitos autorais, a responsabilização de pessoas jurídicas que auferirem vantagens em corrupção, a Defensoria Pública e agora a distribuição dos royalties do petróleo. Todas tão importantes quanto a apreciação da PEC do voto secreto, que, repito, aprovamos aqui no Senado há mais de um ano.

Decisão de não votar MPs sem prazo é reforçada

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou ontem a decisão da Casa de não analisar medidas provisórias que cheguem da Câmara sem cumprir o prazo mínimo de sete dias para votação pelo Senado antes da perda da vigência.

— Essa decisão não é minha, é do Plenário do Senado e, portanto, não vou revogar.

A polêmica voltou à tona no processo de análise da Medida Provisória 615/2013. Ela foi aprovada pela comissão mista na terça-feira, com alterações, e chegou ao Plenário da Câmara na quarta-feira. Os deputados

criticaram a demora da comissão mista e o presidente daquela Casa, Henrique Alves, retirou a MP da pauta e convocou sessão extraordinária para segunda-feira. Alves fez ontem um apelo a Renan e demais senadores para abrir uma exceção e apreciar a MP a partir da terça-feira.

— Esta Casa não pode ser penalizada de ter recebido da comissão o parecer com mais de 20 destaques para votar em poucas horas — argumentou.

Para cumprir o prazo de sete dias imposto pelo Senado, a MP terá necessariamente

de ser votada na Câmara até segunda-feira, já que perde a vigência em 16 de setembro.

Segundo Renan, o impasse reacende a necessidade de aprovação, pela Câmara, da PEC 70/2011, que determina a análise das MPs pelas Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas, e não por comissões mistas.

— Precisamos aperfeiçoar o bicameralismo e a Câmara terá o prazo que ela quiser para apreciar MPs. Basta ela aprovar a PEC que o Senado já aprovou — disse Renan.

(Com Agência Câmara)

Senado cobra ficha limpa de comissionado

Entra hoje em vigor a ficha limpa para o preenchimento de cargos comissionados no Senado. O anúncio foi feito pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, e pelo primeiro-secretário, Flexa Ribeiro.

Assim, basta uma sentença colegiada (dada por mais de um juiz) para impedir a posse no Senado de quem tiver sido condenado pela Justiça.

A medida antecipa os efeitos da PEC 6/2012, aprovada em julho pelo Senado, que cobra ficha limpa para todos que quiserem ingressar no serviço público, seja em cargo efetivo, seja em cargo comissionado. A proposta depende da Câmara.

Renan também anunciou medidas que tornam mais rígida a fiscalização da jornada de trabalho dos servidores

do Senado, que passam a ter locais específicos para fazer o registro biométrico do ponto de entrada e saída. Haverá uma limitação de máquinas autorizadas a fazer o registro. A marcação só poderá ser feita das 7h às 22h, exceto em situações devidamente autorizadas. Ele determinou um limite de 60 horas extras anuais que poderão ser pagas ao servidor.



Vanessa Grazziotin (E), procuradora da Mulher, ao lado de Helena Chagas

Campanha Mulher, tome partido! ganha apoio do governo federal

Senadoras e deputadas federais estiveram na manhã de ontem na Presidência da República para tratar da campanha Mulher, tome partido!, que será lançada terça-feira, às 15h, na Câmara dos Deputados. A ministra de Comunicação Social da Presidência, Helena Chagas, colocou à disposição das parlamentares os veículos de comunicação do governo federal.

— O tempo é agora e contem conosco — afirmou.

A primeira fase da campanha vai até 5 de outubro, prazo final para filiação partidária, e contará com a veiculação nos canais institucionais do Senado, da Câmara e, agora, do Executivo. Para

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, a intenção é atrair adesões aos partidos.

— A segunda fase, mais contínua, será de conscientização para que as mulheres assumam o compromisso com a política. Mais mulheres nos espaços de poder garantirão uma verdadeira democracia representativa.

Vanessa convocou as deputadas para, juntas, entregarem ao relator da minirreforma eleitoral, Valdir Raupp (PMDB-RO), duas emendas: uma que amplia o percentual de participação feminina na política e outra que garante propaganda institucional do TSE para incentivar a igualdade de gênero no país.

ILB/Interlegis promove encontro regional de câmaras municipais

Começou na segunda-feira, e vai até o dia 13, encontro regional envolvendo técnicos do ILB/Interlegis e representantes de nove câmaras municipais paulistas, em Limeira (SP). Estão programados treinamentos sobre regimento interno e lei orgânica municipal, webjornalismo e apoio ao processo legislativo.

Na opinião do vereador

Ronei Martins, presidente da Câmara Municipal de Limeira, “a parceria com o Interlegis representa um avanço para a câmara, que passa a contar com o suporte de especialistas em diversas áreas do ambiente legislativo”.

Segundo o diretor do ILB, Helder Rebouças, “o objetivo do encontro é integrar a comunidade legislativa”.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão de hoje é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Alagoas livre da aftosa

9h O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de ato de assinatura de instrução normativa reconhecendo Alagoas como zona livre da febre aftosa, em Maceió.

CRA Seminário sobre PAC Equipamentos

14h Seminário que trata dos avanços do PAC Equipamentos, que repassa aos municípios tratores e caminhões para melhoria da infraestrutura e recuperação de estradas, bem como da implantação de programa nacional de estradas vicinais pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Renan aposta na estratégia de deixar como segunda etapa os casos de exame de vetos e indicação de autoridades. Para aprovar a proposta são necessários 49 votos de senadores

Voto aberto deve ser ampliado depois de valer para cassações

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, voltou a defender ontem a aprovação rápida do voto aberto em decisões sobre perda de mandato de deputados e senadores. Para ele, é preciso garantir primeiro essa conquista para, após discussão mais cuidadosa, estender o voto aberto a situações como o exame de vetos e a indicação de autoridades.

— Para não correremos o risco de, em nome do todo, perdermos a parte — argumentou.

Aprovada pela Câmara na terça-feira, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que prevê o voto aberto em todas as situações, deve ser votada dia 11 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, segundo Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente do colegiado. Renan espera que, em seguida, o texto seja analisado rapidamente no Plenário.

Mas a proposta não tem consenso entre senadores. O temor de



Se a PEC for modificada, terá que voltar à Câmara, adverte Renan

Renan é de que o texto seja modificado e tenha de voltar à Câmara, atrasando a promulgação. Para aprovar a PEC, são necessários 49 votos.

As discussões foram intensificadas na semana passada, após a Câmara manter o mandato de Natan Donadon (sem partido-RO), condenado a 13 anos de prisão por

peculato e formação de quadrilha. A sugestão de Renan é de que a Câmara vote a PEC 86/2007, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), já aprovada pelo Senado. A PEC, que tramita na Câmara desde o ano passado, acaba com o voto secreto só nos processos de cassação.

Embora negue possível constrangimento na

votação aberta de vetos, Ana Amélia (PP-RS) reconheceu como válida a estratégia de Renan.

— É melhor entregar os anéis que os dedos.

Autor de outra proposta que acaba com todas as hipóteses de voto secreto (PEC 20/2013), Paulo Paim (PT-RS) defende o voto aberto em qualquer situação.

Ouvidora-geral do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO) lembrou que, na Ouvidoria, uma das demandas mais frequentes da população é saber por que os parlamentares votaram contra ou a favor de determinados projetos.

Ontem, Renan convidou os senadores para a cerimônia de sanção, na segunda-feira, do projeto que destina 75% do total dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde.

Sobre a resposta às manifestações populares, Renan lembrou que o Congresso votou, em menos de 30 dias, 40 projetos da pauta prioritária.

ROLLEMBERG DEFENDE APROVAÇÃO

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez um apelo aos líderes pela aprovação da PEC 349/2001, que instituiu o voto aberto em todas as decisões do Congresso. Ele sugeriu aos colegas que se inspirem nas manifestações previstas para amanhã, 7 de setembro. — Não há nada mais importante, do ponto de vista de uma reforma política para a população, neste momento, do que a instituição do voto aberto pleno, em todas as modalidades — afirmou.



Moreira Matiz/Agência Senado

REQUIÃO PROPÕE ANÁLISE PROFUNDA DO TEMA

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a questão do voto aberto ou secreto precisa ser analisada com profundidade. Mesmo defendendo o voto aberto, ele ponderou que, em alguns tipos de votação, o segredo do voto pode ser salutar.

Na votação de indicados para tribunais superiores, exemplificou, o voto seria conhecido pelo indicado, que, se aprovado, poderia participar de julgamentos que envolvam parlamentares.

— A votação fechada é a garantia do voto de consciência, que escapa à pressão da mídia — afirmou.

PARA ANA AMÉLIA, ASSUNTO PROVOCA INQUIETAÇÃO

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que várias rádios gaúchas têm perguntado a ela se a PEC aprovada na Câmara que determina o voto aberto vai passar no Senado.

— Há uma inquietação geral. Não podemos tergiversar sobre a matéria, sob pena de sermos cobrados, como os deputados, em relação ao caso Natan Donadon — disse, referindo-se à votação secreta da Câmara que manteve o mandato do deputado condenado.

Para ela, o voto secreto para vetos é defensável, pois “quem tem a caneta presidencial na mão tem um poder muito grande” sobre parlamentares.

RELATOR QUER VOTO ABERTO EM TODOS OS CASOS

O relator da PEC do voto aberto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Sérgio Souza (PMDB-PR), defenderá o voto aberto “em todos os sentidos”. Ele apresenta o parecer quarta-feira e reconhece a dificuldade de consenso em relação a vetos presidenciais e indicação de juízes.

— Há consenso sobre o voto aberto na cassação de mandatos. Ele cita a possibilidade de desmembrar a proposta para dar uma resposta rápida ao clamor da sociedade.

— O que não podemos é chegar daqui a 30 dias e não ter uma definição.

“DEVEMOS SATISFAÇÃO AO ELEITOR”, DIZ WELLINGTON

Wellington Dias (PT-PI) defendeu, na quarta-feira, o voto aberto em todas as deliberações do Congresso. O senador disse compreender que, no período da ditadura militar, era importante proteger o parlamentar por meio do voto secreto para garantir o direito de expressão em matérias consideradas “perigosas”.

— Alguém que se atrevesse a ser contra o governante de plantão certamente corria risco de vida. O senador salientou que o momento do país é outro e que os parlamentares devem satisfação ao eleitor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Plenário debate PEC da perda de mandato

Foi realizada ontem a quarta sessão de debate da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina a perda imediata dos mandatos

de parlamentares condenados em sentença definitiva, por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública.

A última sessão de

discussão será na próxima semana, para que a matéria entre na pauta de votações do esforço concentrado, entre os dias 16 e 20.

A PEC 18, de Jarbas

Vasconcelos (PMDB-PE), voltou ao centro das atenções após a Câmara manter o mandato do deputado Natan Donadon, preso por formação de quadrilha e peculato.

Requião critica proposta de minirreforma eleitoral

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a proposta de minirreforma eleitoral em discussão na Comissão de Constituição e Justiça. Para ele, os senadores “brincam de legislar sobre liberdade eleitoral”. Ele defendeu, na reunião da CCJ, quarta-feira, o financiamento público de campanha:

— Temos que decidir o fim do financiamento privado de campanha. Se não tivermos força para decidir isso, que o financiador seja obrigatoriamente colocado na internet e na TV de forma imediata, para que eu, eleitor, saiba em que interesses estou votando.



Para Requião, senadores estão “brincando de legislar”

Continuou Requião: — A minha perplexidade se suporta em defendermos a ocultação do doador no processo de transcurso da eleição e, ao mesmo tempo, defendermos o voto aberto no Plenário do Senado.

A minirreforma eleitoral terá a segunda votação na CCJ na terça-feira.

Suplicy defende fim de doações de empresas

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário, na quarta-feira, o relatório — com voto favorável — que apresentou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ao projeto de lei que veda o financiamento de campanhas eleitorais por pessoas jurídicas. Suplicy acolheu emenda substitutiva do senador Pedro Tavares (PDT-MT) para que a medida seja válida já nas eleições de 2014 e a contribuição de pessoas físicas seja limitada a R\$ 1.700.

O projeto (PLS 264/2013), do senador Jorge Viana (PT-AC), proíbe coligações,



Suplicy quer restrição valendo já nas eleições de 2014

partidos e candidatos de receber contribuições em dinheiro ou estimáveis em dinheiro de pessoas jurídicas de direito público ou privado, exceto os recursos do Fundo Partidário. Suplicy também pediu apoio para proposta de divulgação na internet, em tempo real, das contas de campanhas.

Sérgio Souza pede reflexão sobre regras eleitorais

Sérgio Souza (PMDB-PR) pediu, em discurso no Plenário, na quarta-feira, uma reflexão sobre a proposta de minirreforma eleitoral em debate no Senado. Na opinião do parlamentar, é um risco fazer “um remendo” na legislação eleitoral.

— Espero que esta chamada minirreforma seja em favor de dar oportunidade ao cidadão para escolher o melhor candidato, aquele que vai ser o melhor representante em 2014 — declarou.

Souza disse que os senadores não podem deixar de fazer uma reforma profunda na

política, refletindo a questão da existência, da necessidade e da forma de apresentação de um partido político. O senador apontou também que é preciso discutir a unificação de eleições e a obrigatoriedade do voto.

O parlamentar, no entanto, demonstrou esperança de que 2014 seja um ano diferente. Para ele, o cidadão brasileiro está mais responsável, ciente dos seus direitos e vai ter um voto mais consciente. Souza disse que já chegou a pensar que o cidadão brasileiro estava alienado e alheio às grandes causas.



Sérgio Souza (E) apresentou requerimento que possibilitou avançar a tramitação da proposta de Pedro Taques

Urgência para projeto de pena maior por contrabando

Proposta agora segue direto para votação no Plenário e altera o Código Penal para estabelecer de 2 a 5 anos de prisão para o condenado, em vez de penas de 1 a 4 anos, como acontece atualmente

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem urgência na tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 62/2012, que aumenta de 1 a 4 anos para de 2 a 5 anos a punição para o crime de contrabando. A proposta, que estará pronta para entrar na ordem do dia do Plenário na quarta-feira, estava sendo analisada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob relatoria de Pedro Taques (PDT-MT). O requerimento de urgência foi apresentado por Sérgio Souza (PMDB-PR).

O projeto original, do deputado federal Efraim Filho

(DEM-PB), foi aprovado pela Câmara no ano passado e ampliava a pena para o crime de descaminho — quando o cidadão deixa de pagar impostos sobre bens originários do exterior. Mas os deputados entenderam que, como o descaminho é crime de menor gravidade, a pena atual já é suficiente.

Autorização

O texto altera o artigo 334 do Código Penal, diferenciando contrabando de descaminho e ampliando a pena para o primeiro tipo de crime, descrito como o “ato de importar ou

exportar mercadoria proibida”. Também passam a incorrer no mesmo ilícito aqueles que importarem ou exportarem clandestinamente mercadoria que dependa de registro ou autorização de órgão público competente ou que reinserirem no Brasil mercadoria aqui produzida exclusivamente para exportação.

A proposta estende a aplicação em dobro da pena para o contrabando praticado em transporte marítimo ou fluvial. Atualmente, o Código Penal prevê o aumento da punição apenas no caso de transporte aéreo.

Paulo Paim propõe celeridade no exame de marcas e patentes

Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento ontem, reclamou da morosidade na liberação de marcas e patentes no Brasil, situação que, conforme frisou, prejudica a competitividade da economia do país. Ele pediu aos senadores apoio ao Projeto de Lei do Senado 316/2013, de autoria dele, que limita, nos casos gerais, em 180 dias a conclusão do exame de patentes pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

— Há setores que esperam um ano, dois anos, dez anos e não há liberação — lamentou.

Paim citou dados da agência de informações Thomson Reuters sobre o “desempenho promissor” do setor no Brasil — entre 2001 e 2010, o número de patentes registradas no país cresceu 64% —, mas considerou que os índices ainda estão abaixo dos padrões internacionais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza critica alto custo e qualidade de vida no Brasil

Apesar dos avanços sociais e econômicos obtidos nas últimas décadas, o Brasil ainda é muito caro e precisa baixar o custo para a população. Foi o que defendeu Sérgio Souza (PMDB-PR) em Plenário ontem.

O parlamentar reconheceu os progressos conquistados pelo país nos últimos anos, mas criticou o alto custo e a qualidade da vida a que ainda estão sujeitos os brasileiros.

— É justo alguém levantar às 4h da manhã para chegar às 8h no seu trabalho? É justo chegar de volta às 10h da noite? É justo pagar, no Brasil, o dobro de um preço de um automóvel que se paga no Paraguai, na Argentina, nos Estados Unidos ou na Europa? — questionou.

Souza afirmou que o país evoluiu economicamente, no nível cultural e na educação, mas a população quer mais porque, com acesso à informação, percebe que em outros países o custo de vida não é tão alto, há mobilidade urbana e uma melhor qualidade de vida.

João Durval alerta para risco de inflação crescente

João Durval (PDT-BA) afirmou ontem que o controle da inflação deve ser encarado como prioridade absoluta

pelo governo. Segundo o senador, não é preciso ter acesso a trabalhos acadêmicos para chegar a uma conclusão sobre a importância da medida, basta dar uma olhada na história do Brasil.

Com base no *Relatório Focus*, do Banco Central, João Durval registrou que as expectativas do mercado em relação à inflação estão subindo gradativamente. Por outro lado, disse o senador, as perspectivas de crescimento do PIB para 2013 passaram de 2,28%, no início de agosto, para 2,21%, na semana passada.

— Subindo a expectativa de inflação, um pouquinho de cada vez, e reduzindo a do crescimento, um pouquinho de cada vez, onde vamos parar? — questionou.



José Cruz/Agência Senado

Ana Rita destaca aprovação da MP 620 na comissão mista

Em pronunciamento na quarta-feira, Ana Rita (PT-ES) comemorou a aprovação da Medida Provisória 620/2013 pela comissão mista que fez a análise prévia da MP. A senadora foi a relatora da proposta, aprovada pela comissão na terça-feira.

A parlamentar afirmou que a medida tem “uma abrangência muito grande e um impacto altamente positivo” para a sociedade brasileira. Entre outras coisas, a MP regulamenta o Programa Minha Casa Melhor, destinado a financiar bens de consumo duráveis a famílias de baixa renda beneficiárias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Essas famílias, lembrou a senadora, poderão financiar até R\$ 5 mil para comprar produtos como televisões, geladeiras, sofás, computadores e máquinas de lavar. A taxa de juros será de 5% ao ano, menor que a cobrada pelos bancos. A senadora acredita que o crédito dará novo impulso à atividade industrial, gerando mais empregos e renda.

Cyro critica postura de Toffoli em processo do Banco Mercantil

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) comparou a conduta dos parlamentares que absolveram o deputado

federal Natan Donadon (sem partido-GO) com a do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli. Para o senador, o ministro “não parece pautar sua participação nos julgamentos e apreciação de processos pelos princípios da administração pública”. Cyro disse que Dias Toffoli deveria se declarar impedido de apreciar processos do Banco Mercantil do Brasil, onde obteve empréstimos de quase R\$ 1,5 milhão em 2011, de acordo com matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*.

— Tanto a absolvição de Natan Donadon quanto a conduta do ministro Dias Toffoli são incompatíveis com a República, a democracia e o estado de direito — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Novas regras para lotéricas serão votadas no dia 10

A exigência de licitação para que pessoas físicas e jurídicas prestem serviços como permissionários lotéricos é prevista em projeto de lei da Câmara (PLC 40/2013) que será votado dia 10 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), observou que a exigência leva ao setor de venda de loterias os critérios de justiça e competição. A senadora leu o relatório na terça-feira e o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), concedeu vista coletiva do projeto.

O texto delimita o tempo máximo da permissão em 20 anos, com possibilidade de renovação por mais 20 anos. O objetivo é dar segurança ao permissionário sobre a perspectiva de rentabilidade.

Há uma regra de transição para as permissões em vigor: o início da contagem do

prazo de renovação será a data posterior ao fim da primeira concessão. Assim, não são alterados os prazos das concessões vigentes, medida que Vanessa considerou importante para a preservação da segurança jurídica.

As bases do relacionamento entre o outorgante e os permissionários também são estabelecidas no projeto, o que, na avaliação da relatora, permitirá um padrão de contratação mais eficiente e previsível. Uma dessas bases, segundo a senadora, é a atribuição ao outorgante — no caso, a Caixa Econômica Federal — de definir a localização das concessões de acordo com o potencial de vendas e a demanda da população a ser atendida, evitando a concorrência predatória.

O projeto será votado pelo Plenário do Senado, após o parecer da CAE.



Projeto prevê licitação e prazo de 20 anos para permissão de lotéricas

José Cruz/Agência Senado

Proposta, que agora vai para a Câmara, cria lei que regulamenta relação entre os dois setores; regras estabelecem responsabilidades e acabam com disputas judiciais

Aprovada regra para contrato de produtor rural e indústria

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o substitutivo ao PLS 330/2011, que estabelece regras claras para o sistema de integração entre produtores rurais e indústrias. Agora, o projeto irá direto para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário.

Ao comprar cortes de frango, embutidos ou polpa de frutas no supermercado, o consumidor nem imagina que a oferta desses produtos muitas vezes envolve disputas judiciais entre produtor rural e agroindústria, por falta de uma lei que regule os contratos.

O litígio ocorre por divergências sobre valores devidos, responsabilidade em caso de problema na atividade ou prazos de repasses de resultados, entre outros motivos.

Buscando criar uma lei com regras claras para o sistema de integração entre agricultor e agroindústria, Ana Amélia (PP-RS) apresentou o PLS 330/2011.

— Não poderíamos deixar um vazio na falta de um marco regulatório para estabelecer



Ana Amélia e Delcídio do Amaral conversam na reunião em que se aprovou projeto

direitos e deveres na relação entre produtores e indústrias. Isso poderia provocar, num futuro próximo, uma situação de insegurança jurídica — disse.

A integração é um contrato no qual o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo, como a produção de frutas ou a criação de frango e suínos, repassando a produção à agroindústria, como matéria-prima a ser transformada no produto final.

Na avicultura, por exemplo, os agricultores recebem da agroindústria pintos de um dia, ração, medicamentos e

assistência técnica, criam os animais até a fase de abate e os repassam à agroindústria, que produz cortes e toda a gama de derivados de carne de frango.

Ana Amélia explicou que os contratos de integração “são bem mais complexos que contratos de comercialização encontrados no Código Civil ou de parceria agrícola previstos no Estatuto da Terra”. Para ela, a lacuna na lei deixa exposto o produtor rural, “elo mais fraco”.

O relator e autor do substitutivo aprovado foi Acir Gurgacz (PDT-RO), que incorporou 11 emendas ao texto.

Segundo projeto, documento deverá detalhar responsabilidades

O texto aprovado obriga o integrador a elaborar e manter atualizado um documento de informação pré-contratual (DIPC), no qual estarão descritos o sistema de produção a ser seguido pelo agricultor, o detalhamento das atividades sob a responsabilidade dele, os riscos econômicos e os requisitos sanitários e ambientais da atividade.

Devem constar estimativas de investimentos em instalações ou áreas de cultivo e da remuneração do produtor integrado, por ciclo de criação de animais ou safra agrícola, com base em índices médios do ano anterior. Alternativas de financiamento e garantias do integrador para cumprimento do contrato também devem estar no documento.

O relator, Acir Gurgacz, ampliou as informações exigidas para incluir o detalhamento de bens, serviços e insumos que o produtor integrado deverá adquirir ou contratar exclusivamente junto ao integrador ou a fornecedores indicados.

Também devem ser detalhados os itens que serão fornecidos ao produtor integrado,

a supervisão assegurada a ele e a definição da tecnologia empregada. Devem constar do DIPC os treinamentos a serem oferecidos ao integrado ou aos empregados dele, especificando duração, conteúdo e custo.

Num artigo específico da lei a ser criada, ficará estabelecido que todos os bens fornecidos pelo integrador ao produtor integrado permanecerão como propriedade do integrador, a menos que o contrato preveja o contrário.

Sempre que a atividade prevista no contrato de integração exigir o fornecimento de insumos pelo integrador e a determinação de tecnologia e orientação técnica pela empresa, esta assumirá, com o produtor integrado, as responsabilidades pela atenção à legislação ambiental.

Também deverão ser compartilhadas as responsabilidades de recuperação em caso de dano ambiental. No entanto, se o dano decorrer de prática adotada pelo agricultor em discordância das recomendações do integrador, a empresa estará isenta de responsabilidade de recuperação ambiental.

Partilha do seguro divide agronegócio

A necessidade de universalização do seguro rural no Brasil é consenso dentro do agronegócio, mas ainda há divergências quanto à definição de quem arcará com os custos. Algumas entidades do setor defendem um seguro com custos partilhados entre produtores, governo, agroindústrias e seguradoras. Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) quer manter os custos divididos entre governo e produtores, como é hoje, mas com melhor estruturação de mecanismos de operação no mercado de seguro rural.

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da CNA, teme que as indústrias repassem a parcela aportada no seguro como aumento de preços de sementes, adubos, máquinas e outros produtos usados no campo, elevando



Gurgacz (2º à dir.) preside audiência da CRA para debater o novo seguro agrícola

os custos da atividade. Já o ex-ministro da Agricultura Allyson Paolinelli, que defendeu a gestão partilhada do seguro rural, garante que a proposta não acarretará novos custos para os produtores.

Segundo explicou, a proposta segue modelo adotado na Espanha, onde, no fim de cada ano, as seguradoras publicam o balanço do seguro rural e depositam 15% do lucro líquido

no fundo de catástrofe e, em contrapartida, o governo deposita o mesmo valor. No Brasil, há lei criando fundo semelhante, mas ainda não está operando.

Já Rosemeire Cristina dos Santos, da CNA, afirmou que os países bem-sucedidos em programas de seguro rural têm em comum o fato de o Estado estar à frente das iniciativas, determinando o que vai ser segurado e quais as subvenções.

Alto custo do seguro rural afasta o agricultor

O diretor do Grupo Segurador Banco do Brasil & MAPFRE, Glaucio Toyama, confirma a existência de demanda reprimida no setor, mas aponta a falta de uma cultura de compra de seguro rural. Parte do problema está no custo do produto, devido ao alto risco da atividade.

Para diminuir o valor do seguro, José Gallassini, presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa, sugere o acompanhamento dos produtores e a manutenção de uma central de informações, com dados sobre a tecnologia utilizada e demais características da produção.

A senadora Kátia Abreu defendeu a criação de uma central de risco que seja coordenada pelo agronegócio, em articulação com o governo.

Senadores esperam conciliar propostas apresentadas

Diante das diferentes visões sobre como resolver a questão do seguro agrícola, os senadores presentes na audiência da CRA mostraram a necessidade de buscar convergência em torno de uma proposta concreta a ser apresentada ao governo.

Ana Amélia (PP-RS) apontou benefícios da sugestão de compartilhamento do seguro, feita por Paolinelli, e, assim como Waldemir Moka (PMDB-MS), elogiou a experiência da Coamo, que orienta os produtores e trabalha com estimativas de risco.

Para Ruben Figueiró (PSDB-MS), o problema atual do seguro é a falta de gestão por parte do governo. Delcídio do Amaral (PT-MS) considerou um retrocesso a estatização do sistema.

Gurgacz pede que não haja cortes no orçamento da Embrapa

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou ontem que a agricultura brasileira atingiu um patamar de excelência em produtividade graças à atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no país. Gurgacz observou que a empresa, com o trabalho de pesquisa, soube

desenvolver cultivares adaptadas para as condições de clima e solo das várias regiões brasileiras e pediu aos parlamentares atenção especial à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, para que não haja nenhum corte no orçamento da empresa.

— Para 2014, o governo en-

viou a proposta de orçamento com a possibilidade de contingenciamento. Através de emendas, inclusive uma de minha autoria, propusemos ao relator da LDO que o orçamento da Embrapa não tivesse cortes. Nós, parlamentares, temos a responsabilidade, com a Embrapa e com a agricultura

brasileira, de votar o não contingenciamento dos recursos da Embrapa — explicou.

Gurgacz observou que o resultado da atuação da Embrapa no desenvolvimento de pesquisas voltadas para as cadeias produtivas, principalmente do agricultor familiar, é um dos caminhos para melhorar as

condições de vida do homem do campo. Em relação à Embrapa Rondônia, o senador registrou que a empresa está presente estrategicamente em cinco municípios do estado, comprometida com soluções tecnológicas sempre pautada nos critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Após acordo entre os senadores Capiberibe e Randolfe e o ministro da Defesa, comissão do Senado recebeu convite oficial do Exército e visita não terá caráter de diligência

Comissão visitará quartel no Rio que serviu à repressão na ditadura

INTEGRANTES DA SUB-COMISSÃO Permanente da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos (CDH), vão participar de visita ao quartel onde funcionou, no Rio de Janeiro, o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 1º Exército, durante a ditadura militar. Marcada para quinta-feira, a programação, aprovada pela CDH ontem, será cumprida em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade, a comissão estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro e procuradores federais.

O texto caracteriza a atividade de como visita, em decorrência de convite do comandante do Exército, general Enzo Martins Peri. Anteriormente, a comissão havia aprovado requerimento para uma diligência.

Acordo

Antes da votação do requerimento, o senador João Capiberibe (PSB-AP), que



Ângela Portela e João Capiberibe em reunião da CDH que aprovou visita a instalações onde atuou a repressão

preside a Subcomissão da Memória, informou sobre reunião ocorrida na terça-feira com o ministro da Defesa, Celso Amorim, e o comandante do Exército. Ele e o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) trataram da ida ao quartel, ficando acertado que Enzo Martins Peri encaminharia o convite, já recebido pela CDH.

Há testemunhos e registros que ligam ao antigo DOI as mortes do deputado cassado

Rubens Paiva e o líder comunista Mário Alves, cujos corpos nunca foram localizados.

A comissão estadual Memória, Verdade e Justiça do Rio de Janeiro já havia tentado visitar as dependências e foi impedida pelo Comando do Exército.

Capiberibe destacou que ouviu do comandante a preocupação do meio militar de que as comissões da verdade queiram “revolver o passado

na expectativa de punição, como se fosse uma ideia revanchista”. Capiberibe relatou que fez ver ao general que existe um sentimento de apreço pelas Forças Armadas, consideradas instituições essenciais ao país e merecedoras de todo apoio.

— Mas não dá para esquecer que alguns de seus integrantes praticaram crimes contra a humanidade — observou o senador.

Seminário reunirá todas as iniciativas de investigação

Por sugestão de Capiberibe, a CDH também aprovou duas atividades relacionadas ao esforço atual do país para esclarecer os acontecimentos do período da ditadura. Um requerimento propõe apoio da CDH ao seminário Memória, Verdade e Justiça, que reunirá a Comissão Nacional da Verdade e todas as assembléias que foram instaladas no país.

Capiberibe salientou as dificuldades que as comissões enfrentam para cumprir suas finalidades. Lembrou que as comissões atuam com prazos e que há receios de que eles se esgotem sem os resultados esperados.

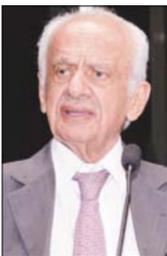
O senador também solicitou apoio da CDH a uma audiência que será realizada pela subcomissão para ouvir familiares de mortos e desaparecidos durante a repressão. O principal objetivo é tratar da localização de corpos dos desaparecidos, já que as informações fortalecem a hipótese de que foram assassinados.

Simon aconselha manifestações pacíficas no 7 de setembro

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu, em discurso na quarta-feira, que possíveis manifestações durante o desfile de 7 de setembro, em Brasília, sejam pacíficas. Ele disse que as forças policiais têm o direito de pedir identificação dos manifestantes que usam máscaras nos protestos e reprimir eventuais atos violentos ou de depredação.

O senador, que se disse preocupado com possíveis confrontos violentos durante o Dia da Pátria, pediu que os grupos Anonymous e Black Blocs protestem de maneira pacífica.

Para Simon, os manifestantes têm todo o direito de fazer protestos, porém devem respeitar o desfile, o público e as autoridades presentes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Congresso até agora não respondeu a anseios da sociedade, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou, quarta-feira, que o Parlamento ainda está em dívida com a sociedade. Para ele, o Congresso não respondeu de maneira adequada aos anseios das manifestações de rua. O senador classificou a sessão da Câmara que livrou da cassação o deputado Natan Donadon (sem partido-RO) como o “maior vexame” da instituição.

— Nunca o Parlamento brasileiro passou por um processo tão vexatório quanto o da situação de ter votado para manter nos seus quadros um presidiário — disse.

Ele defendeu a aprovação, pelo Senado, da PEC do voto aberto sem alterações no texto da Câmara, para que a proposta ganhe vigência mais rápida.



Morieira Mariz/Agência Senado

Amorim: “Precisamos proclamar ainda muitas independências”

Às vésperas do aniversário da Independência, o senador Eduardo Amorim (PSC-SE) apontou, em pronunciamento na quarta-feira, os diversos problemas enfrentados pelo país, como a carga tributária sem retorno de serviços públicos de qualidade, a concentração de renda, a insegurança e a falta de políticas públicas para o desenvolvimento regional.

— Fato é que, ao longo desses 191 anos, estamos comemorando a nossa independência. Ainda precisamos proclamá-la em muitas situações — disse.

Amorim apontou a dívida pública, que consome quase metade do Orçamento da União, o “principal entrave para o atendimento dos direitos reivindicados por milhões de brasileiros”.



Morieira Mariz/Agência Senado

Vanessa comemora emancipação política do estado do Amazonas

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem os 163 anos da emancipação política do estado do Amazonas, que ocorreu em 1850.

A senadora lembrou que, até então, os amazonenses eram subordinados ao Pará e destacou que a celebração da data não significa refutar o importante papel exercido pelo estado vizinho, mas reconhecer a importância do compartilhamento das tomadas de decisão.

Ela disse que os amazonenses celebram a data com desfiles de escolas públicas e escolas privadas em todo o estado e afirmou que milhares de pessoas se deslocam para acompanhar as apresentações.

Vanessa celebrou ainda o Dia da Amazônia, também comemorado ontem.

— Nesse Dia da Amazônia, nós estamos muito envolvidos no debate e nos projetos acerca do desenvolvimento sustentável — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Ana Rita preside a reunião em que a Comissão de Direitos Humanos aprovou o projeto que beneficia pessoas com deficiência

Projeto barateia adaptação de carro para deficiente

Proposta, que isenta de impostos itens como rampas e bancos móveis para veículos adaptados, foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos. Antes de ir para a Câmara, texto precisa passar por mais uma comissão

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou o PLS 257/2013, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as operações com adaptação para veículos destinados a pessoas com deficiência. A medida abrange também a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a contribuição para o PIS-Pasep.

Segundo a proposta, ficam isentos dos tributos elevadores do tipo *lift*, rampas, guinchos e plataformas de elevação para cadeira de rodas, bancos móveis e outros equipamentos necessários à adaptação de motoristas impossibilitados de dirigir um carro convencional.

O autor do projeto, Casildo Maldaner (PMDB-SC), argumenta que a elevada carga tributária sobre as adaptações veiculares limita o acesso dos mais necessitados a essas tecnologias. Assim, aponta, qualquer medida que reduza o

valor de venda das adaptações e promova o consumo tem repercussão social positiva, o que reflete favoravelmente na economia.

O relator, Anibal Diniz (PT-AC), considerou a proposta justa, pois corrige uma distorção na legislação protetiva dos direitos das pessoas com deficiência. Atualmente, há isenções para a compra dos veículos, mas financeiramente pode se tornar inviável para muitos adaptá-los com rampas ou elevadores.

Anibal aceitou uma emenda de Ana Amélia (PP-RS) segundo a qual a União fica obrigada a compensar financeiramente os demais entes da Federação pelas isenções. O IPI impacta nos repasses constitucionais da União a estados e municípios.

O relator fez outras duas alterações: aumentou o intervalo de tempo entre a promulgação e a entrada em vigor da norma e trocou no texto a expressão “portador de

deficiência” por “pessoa com deficiência”. Segundo Anibal, essa é a atual terminologia prescrita nas convenções e documentos internacionais ratificados pelo Brasil e aceita pelos grupos representativos, técnicos da área e órgãos públicos competentes.

Imposto de Renda

A CDH aprovou outro projeto semelhante. Também de Casildo Maldaner, o PLS 256/2013 permite ao contribuinte deduzir do Imposto de Renda as despesas com acessórios e adaptações especiais a serem instalados em veículos para pessoas com deficiência. O relator também foi Anibal Diniz.

As duas propostas vão agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que dará decisão terminativa — os projetos não precisarão ser votados pelo Plenário, a não ser que seja apresentado recurso.

Malta recorrerá ao STF para que Senado instale CPI do Erro Médico

Magno Malta (PR-ES) anunciou que acionará o Supremo Tribunal Federal (STF) para que o presidente do Senado, Renan Calheiros, instale imediatamente a Comissão Parlamentar de Inquérito da Violação do Direito Humano à Saúde (ou CPI do Erro Médico).

O senador disse que a instalação da CPI está paralisada há quatro meses.

— A sociedade sofre com tantos erros médicos, tantas violações de direitos humanos. Não cabe a nós cercear o direito do povo de ter o Parlamento a seu lado.



Lúcia Vânia questiona se Mais Médicos é programa eleitoreiro

Para Lúcia Vânia, saúde pública não pode ter medidas imediatistas

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que a saúde não pode ser tratada com medidas “paliativas e imediatistas”.

A senadora questionou se o Programa Mais Médicos, criado pela Medida Provisória (MP) 621/2013, em exame no Congresso Nacional, constitui uma política pública de saúde de efeitos duradouros ou se é simplesmente uma medida para atender um momento eleitoral.

— Será que é possível fazer uma política pública baseada somente no número de médicos em determinadas regiões?

Ana Rita: Mais Médicos é parte de uma ampla ação a favor do SUS

A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), disse que o Programa Mais Médicos é importante para o Brasil.

— O programa para levar médicos para regiões carentes é apenas uma vertente de uma série de medidas estruturantes para aprimorar a formação médica e diminuir a carência de profissionais médicos no país — afirmou.

Segundo ela, o programa faz parte de um amplo pacto pela melhoria do SUS, que inclui investimentos na infraestrutura de hospitais e unidades de saúde.

A senadora lamentou a postura dos médicos que xingaram e vaiaram um grupo de médicos cubanos que saíram de um curso em Fortaleza. Para ela, atitudes como essa incitam o preconceito e a xenofobia e são um desrespeito aos direitos humanos.

Doações a fundos de idoso podem vir a ser declaradas no IR

Pessoa física que fizer doações a fundos controlados pelos conselhos de idosos pode ter o direito de exercer a opção diretamente na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda. A medida é prevista em projeto (PLS 309/2012) de Paulo Paim (PT-SP) que foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e segue agora para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A legislação que trata de fundos dos direitos da criança e do adolescente já permite doações na declaração anual de ajuste. Mas as doações aos fundos dos idosos precisam ser feitas ao longo do ano, gerando recibos para uso na declaração anual com vistas à compensação fiscal sobre o imposto devido. Não há como fazer doações no ato da declaração anual de ajuste, como acontece em relação aos fundos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na justificativa do projeto, Paim afirma que o

tratamento diferenciado não se justifica e que cabe ao Parlamento sanar a omissão.

O relator, Wilder Moraes (DEM-GO), concordou e defendeu a aprovação do projeto. A seu ver, a proposta está em harmonia com as necessidades atuais do Brasil, diante do envelhecimento da população e da carência de recursos para os programas e serviços de atendimento.

No relatório, Wilder lembra que a população de cerca de 21 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais, registrada em 2010, deverá chegar a 30 milhões em 2020.

Pelo texto, as doações aos fundos dos idosos não excluem nem reduzem outros benefícios em vigor. O contribuinte pessoa física atualmente é autorizado a fazer doações até o limite de 6% do imposto devido, na forma de doações ou patrocínios. O limite inclui todos os tipos de abatimento possíveis, caso das doações para produções culturais, como obras de cinema e audiovisuais, teatro e edição de livros, entre outras.



Relator da proposta, Wilder Moraes lembra o envelhecimento da população



Segundo Magno Malta, instalação da CPI não pode mais ser adiada



Para o senador, será uma vergonha chegar ao fim do ano sem a votação

Inácio pede urgência na votação do Plano Nacional de Educação

Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu a votação do requerimento que está na Mesa do Senado pedindo urgência na tramitação do Plano Nacional de Educação. Ele acredita que nada impede a votação.

— Será uma vergonha chegar ao final de 2013, três anos depois de ele ter chegado ao Congresso, e dizer: “Não votamos o Plano Nacional da Educação” — protestou.

O senador defendeu o investimento de 10% do PIB na educação, alegando que isso aumenta a qualidade e a eficiência da formação do povo.

Ângela Portela defende multa maior para motorista sem carteira

Em discurso, Ângela Portela (PT-RR) cobrou ontem políticas públicas para a redução de acidentes de trânsito, que matam mais de 40 mil pessoas por ano no Brasil e afetam os cofres da Previdência Social.

A senadora é autora do PLS 352/2013, que coíbe a circulação de motociclistas e motoristas não habilitados, aumentando o valor da multa. O texto, que prevê redução da pena em dois terços caso o condutor apresente habilitação em 180 dias, aguarda emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto também estabelece que o dinheiro arrecadado com o pagamento das multas poderá financiar a primeira habilitação de quem não possa pagar a aprendizagem. Ângela argumenta que muitas pessoas têm dificuldades financeiras para obter a habilitação para conduzir veículo.

Requerimento aprovado pela Comissão de Relações Exteriores foi apresentado por Eduardo Suplicy; para ele, apenas as Nações Unidas podem legitimar intervenções internacionais

Para comissão, Brasil acerta ao reprovar invasão à Síria sem o aval da ONU

PARA A COMISSÃO de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi acertada a posição do governo brasileiro de não apoiar uma invasão à Síria sem o aval do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

A comissão aprovou um requerimento apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a posição do Brasil. No texto, que foi assinado por outros senadores, ele afirma que “a solução para a terrível tragédia da Síria está numa ampla, transparente e não discriminatória negociação multilateral”.

Suplicy é contra o ataque à Síria, que vem sendo defendido pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

O senador, que presidiu a reunião de ontem da CRE, afirmou que, para convencer o governo de Bashar al-Assad a interromper o uso de armas

químicas contra os rebeldes e a população civil de seu próprio país, tanto os EUA quanto

outros países devem usar formas de pressão pacífica. A opinião foi expressa em uma

carta que enviou a Obama nesta semana.

Suplicy ressaltou que o sistema de segurança multilateral do Conselho de Segurança da ONU “é o único mecanismo que permite a realização de intervenções legítimas no território de países-membros da ONU”. Ele argumentou que as intervenções militares unilaterais “tendem a agravar conflitos preexistentes e, o que é mais grave, a aumentar o número de vítimas”.

Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que uma recente pesquisa feita nos Estados Unidos apontou que 59% da população americana é contra o ataque à Síria.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que também é contra a intervenção militar, sugeriu que a CRE faça uma menção para desaprovar o uso de armas químicas pelo governo sírio.



Eduardo Suplicy e Roberto Requião conversam na Comissão de Relações Exteriores

José Cruz/Agência Senado

Delcídio: armas não resolverão o problema

Delcídio do Amaral (PT-MS) manifestou solidariedade à população da Síria. Para o senador, o uso de força militar pelos países desenvolvidos não resolverá o conflito, que, segundo ele, deriva de diferenças históricas de fundo cultural e religioso.

— Está absolutamente comprovado: com armas não resolveremos essas questões, pelas enormes diferenças que existem na região. Precisamos, acima de tudo, de diálogo franco e sincero, que respeite esses povos — disse.

Delcídio lembrou que muitas das crises no Oriente Médio se originaram com a criação do Estado de Israel, em 1948, quando os países europeus, vencedores da 2ª Guerra Mundial, fizeram uma nova divisão da região sem respeitar as peculiaridades regionais.

Definida sabatina de indicados para o Canadá e a Irlanda

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) deverá sabatar na quinta-feira dois diplomatas indicados pela presidente Dilma Rousseff para embaixadas brasileiras — Pedro Fernando Brêtas Bastos, para o Canadá, e Afonso José Sena Cardoso, para a Irlanda. Em seguida, os senadores

decidirão sobre as indicações em votação secreta.

Na reunião de ontem, os senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) leram, respectivamente, relatórios sobre as atividades já desenvolvidas pelos indicados. Na presidência da CRE, o senador Eduardo

Suplicy (PT-SP) concedeu vista coletiva das mensagens presidenciais que encaminham as indicações de Bastos e Cardoso.

A comissão também aprovou requerimento de Vanessa Grazziotin para inserção em ata de voto de congratulações e aplausos à ex-vice-presidente sul-africana Phumzile

Mlambo-Ngcuka, nomeada para dirigir a Agência da ONU para as Mulheres.

Os senadores da CRE decidiram ainda fazer uma audiência pública sobre o Programa Espacial Brasileiro, por solicitação dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Vai a Plenário acordo Brasil-Reino Unido para evitar bitributação



José Cruz/Agência Senado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem acordo entre os governos do Brasil e do Reino Unido para evitar a dupla tributação de salários recebidos por membros de tripulação de aeronaves operadas em tráfego internacional. O documento foi assinado em Brasília, em setembro de 2010.

Segundo o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), o ato internacional fixa a residência do tripulante como regra de conexão. Assim, o país em que o contribuinte estabelece sua habitação permanente tem o direito exclusivo de tributação.

Dornelles lembrou que, conforme a legislação britânica, o imposto de renda é devido em relação aos rendimentos anuais de qualquer pessoa, ainda que não residente no Reino Unido, decorrentes do exercício de profissão naquele país.

Dessa forma, acrescentou, a ausência de instrumento normativo internacional nesse campo sujeita cidadãos brasileiros sem residência ou presença fiscal no Reino Unido ao imposto de renda britânico.

O projeto que aprova o acordo será examinado pelo Plenário do Senado.

Avança projeto que estimula exportações com isenções tributárias



Pedro França/Agência Senado

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto (PLS 267/2012) que visa estimular venda de produtos e serviços no exterior, via isenção de impostos. O texto segue para votação final na

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), zera a alíquota do imposto de renda retido na fonte de valores remetidos ao exterior para planejamento de vendas e pesquisas de mercado. Reduz a zero a alíquota do IR para pagamento de aluguéis e arrendamentos de locais para exposições; propaganda de produtos e serviços e promoção da cultura e destinos turísticos; remessa de valores para solicitação de direitos de propriedade industriais e autorais. E isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) empresas exportadoras de produção cinematográfica e audiovisual.

O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), sugeriu a exclusão de isenção do lucro obtido na exportação de bens manufaturados porque caracteriza subsídio à exportação, proibido em acordo internacional.

Lopes quer companhias aéreas estrangeiras em voos domésticos no Brasil



Moreira Menezes/Agência Senado

Eduardo Lopes (PRB-RJ) criticou os abusos e desrespeitos praticados pelas companhias aéreas contra os passageiros e defendeu a abertura da aviação comercial a empresas estrangeiras.

O senador disse que o abuso caracteriza-se pela exagerada variação de preços das passagens para um mesmo trecho, as altas taxas de remarcação dos bilhetes, o desconforto nos assentos dos aviões, a redução de voos para cidades distantes e os extravios de bagagem.

— O que a população quer são tarifas justas, mais equilibradas, serviços de qualidade, boa infraestrutura aeroportuária e disponibilidade de voos para todo o país — afirmou.

A “absurda variação de preços” no Brasil, disse Lopes, é fruto de uma “estratégia mercadológica oportunista que visa tirar o máximo proveito dos clientes”.

Ele disse que os abusos ocorrem com frequência, apesar de a atividade estar submetida a um dos códigos de consumidor mais avançados do mundo e à fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Nova denúncia de espionagem confirma alerta de Requião

A notícia divulgada ontem pelo jornal norte-americano *The New York Times* — de que a Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos consegue corromper parte da proteção digital do comércio global e dos sistemas bancários — confirma o alerta feito pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) na instalação da CPI da Espionagem, terça-feira.

— O problema básico é a espionagem industrial em cima dos objetivos permanentes dos Estados Unidos, que não são mais os velhos ideais de liberdade, mas os negócios das suas grandes empresas, os interesses do capital financeiro — disse.

Requião acredita que, mesmo se a CPI não conseguir desenvolver uma defesa contra a espionagem norte-americana, vai democratizar a informação a respeito da finalidade básica da invasão virtual.

Na próxima reunião da CPI, dia 10, será definido um plano de trabalho. O colegiado, que tem Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como presidente e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) como relator, terá 180 dias para conhecer os dados já vazados e propor nova legislação para proteger cidadãos, empresas e o Estado brasileiro.